

**Cristiano Enrique de Brum** Doutor em História – PUC/RS  
cristianodebrum@gmail.com**Ana Paula Korndörfer** Doutora em História – Casa de Oswald Cruz, Fiocruz  
aninha.korndorfer@gmail.com

## **PERDAS PATRIMONIAIS: UMA ANÁLISE DA LISTAGEM DOS BENS CULTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL NO ANUÁRIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA**

### **Resumo**

Esse artigo procura discutir uma listagem de bens culturais do Rio Grande do Sul elaborada antes da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) a fim de problematizar a importância do contexto histórico, do contexto político e da identidade regional na definição dos bens culturais rio-grandenses. Trata-se, em outras palavras, de se fazer o exame de patrimônio edificado do Rio Grande do Sul antes da criação do primeiro órgão de patrimônio do país, o SPHAN. O *Anuário*, fonte aqui analisada, apresenta 26 bens edificados em destaque que foram cruzados e juxtapostos em análise com outros 13 bens edificados que tiveram processo de tombamento abertos pelo SPHAN entre 1938 e 1945. Entre as conclusões da análise, observamos que a lista do *Anuário*, além de apresentar bens que futuramente seriam tombados pelo SPHAN, mostrava, ao mesmo tempo, uma diversidade maior de bens representando identidades diversas. Entretanto, a lógica que determinou os tombamentos do SPHAN procurou homogeneizar a cultura nacional, privilegiando a hegemonia do colonizador português.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural – Rio Grande do Sul, valores culturais, patrimonialização, identidade nacional, identidade regional.

## **HERITAGE LOSSES: AN ANALYSIS OF THE CULTURAL GOODS LISTING OF RIO GRANDE DO SUL IN THE YEARBOOK OF THE MINISTRY OF EDUCATION AND PUBLIC HEALTH**

### **Abstract**

This paper aims to examine a cultural property listing of Rio Grande do Sul developed prior to the establishment of the National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN) in order to analyze the significance of historical context, political context, and regional identity in the definition of Rio Grande do Sul's cultural property. In other words, this study examines the built heritage of Rio Grande do Sul before the establishment of SPHAN, Brazil's first heritage institution. The *Yearbook*, the source analyzed here, presents 26 prominent buildings that were cross-referenced and juxtaposed in analysis with other 13 buildings that had a process of listing opened by SPHAN between 1938 and 1945. Among the conclusions of the analysis, we observed that the *Yearbook's* list, in addition to presenting properties that would later be listed by SPHAN, simultaneously showed a greater diversity of properties representing different identities. However, the logic that determined the listings by SPHAN sought to homogenize the Brazilian national culture, privileging the hegemony of the Portuguese colonizer.

**Palavras-chave:** Cultural heritage – Rio Grande do Sul, Estado Novo, cultural values, patrimonialization, national identity, regional identity.

## INTRODUÇÃO

A criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ocorrida em 1937, é amplamente reconhecida como um marco fundamental ou mesmo inaugural na preservação do patrimônio cultural no Brasil. Seguido pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, ambos acabaram estabelecendo bases para as políticas de patrimônio que ecoam até os dias atuais. Sua importância é inegável para o modelo de preservação que se instalou no país, sobrevivendo a diversas mudanças de governo e alterações constitucionais. No entanto, é importante ressaltar que esse marco legal para o arcabouço do patrimônio não representou a primeira vez que a preservação de bens culturais e da identidade cultural regional foi debatida no país.

O papel fundacional do governo varguista na política patrimonial, embora inegável, acabou, por vezes, invisibilizando outros personagens e épocas que tiveram fundamental contribuição na escolha de bens. Nesse sentido, esse artigo procura discutir uma listagem de bens culturais do Rio Grande do Sul elaborada antes da criação do SPHAN, a fim de problematizar a importância do contexto histórico, do contexto político e da identidade regional na definição dos bens culturais rio-grandenses. Trata-se, em outras palavras, em fazer o exame de patrimônio edificado do Rio Grande do Sul antes da criação do primeiro órgão de patrimônio do país, o SPHAN.<sup>1</sup> Embasados em Márcia Chuva, que reforça que a noção de patrimônio cultural “é historicamente construída e tem se transformado no tempo” (Chuva, 2012, p. 147), desenvolvemos a problemática que se impõe: compreender qual a visão de patrimônio nacional foi privilegiada (e qual foi preterida) no Rio Grande do Sul.

Para elaborar a análise, vamos nos utilizar de uma relação de bens culturais do Rio Grande do Sul presentes no *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*<sup>2</sup> (documento administrativo de 1931, mas que foi publicado somente em 1945), cruzando-a com a relação de processos de tombamentos abertos no estado entre 1938 e 1945.<sup>3</sup> O *Anuário* apresenta 26 bens edificados em

---

<sup>1</sup> O período definido como “proto-histórico” é referido por Silvana Rubino como o “período anterior ao decreto-lei nº 25, [de 1937]” (Rubino, 1996, p. 97); porém, o mais adequado seria definir o marco como vinculado à criação do SPHAN em 1936. Destaca-se que termos como “proto-histórico” ou “pré-histórico” são noções ultrapassadas, uma vez que também existem agentes históricos atuando nestas épocas.

<sup>2</sup> Documentação disponível na Coleção de Periódicos Santo Inácio de Loyola do Memorial Jesuíta da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

<sup>3</sup> Listagem elaborada a partir da base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) constando os bens tombados e processo de tombamento, atualizada em fev. de 2025.

destaque que foram cruzados e justapostos em análise com outros 13 bens edificados que tiveram processos de tombamento abertos pelo SPHAN.<sup>4</sup>

Embora a própria *memória histórica*<sup>5</sup> tenha sacralizado o papel da fundação do SPHAN e seus primeiros anos de trabalho como algo basilar, essa visão acabou invisibilizando a atuação de outros atores e períodos históricos na constituição dos bens que seriam escolhidos para se tornarem patrimônio nacional. Neste sentido, cabe verificar se as escolhas dos modernistas acabaram se impondo sobre as vontades de atores regionais. Este breve estudo, em certa medida, tenta compreender as “perdas”<sup>6</sup> ocorridas durante o processo de patrimonialização dos bens do Rio Grande do Sul com a institucionalização do período heroico.

Antes de analisar a documentação apontada, é necessário destacar alguns elementos relacionados à formação do SPHAN e, também, esclarecer algumas peculiaridades relativas à identidade cultural do Rio Grande do Sul. Assim, na primeira parte deste texto, apresentamos os antecedentes da preservação cultural tendo a criação do SPHAN como marco definidor. Após, na segunda parte, apresentamos a fonte a ser analisada, a relação de bens apresentada no *Anuário*. No terceiro trecho, discutiremos o patrimônio cultural de fato reconhecido no Rio Grande do Sul, após 1938. Por fim, elencaremos as perdas decorrentes do processo de patrimonialização federal no Rio Grande do Sul.

### O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO ANTES E APÓS A CRIAÇÃO DO SPHAN

Mesmo antes da existência de órgão ou entidade administrativa que ditasse a política nacional para o patrimônio, já existiam algumas poucas preocupações individuais com bens. A obra “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória” publicação oficial do IPHAN destaca, em uma passagem chamada “Antecedentes”, manifestações esporádicas, desde o século XVIII, preocupadas com a proteção de coleções e monumentos históricos e/ou artísticos – sobretudo no atual Nordeste do país (IPHAN, 1980, p. 8-11). Nesse sentido, Hernan Venegas Marcelo, ao analisar a noção de patrimônio no Brasil

---

<sup>4</sup> Uma análise mais ampla dos tombamentos federais no Rio Grande do Sul foi realizada por Ana Lúcia Meira (2008).

<sup>5</sup> Márcia Chuva (2012) explora a construção dessa “memória histórica” no campo do patrimônio durante a fundação do SPHAN, cotejando-a com a atuação de Mário de Andrade.

<sup>6</sup> Usamos, aqui, uma expressão utilizada por Maria Cecília Londres Fonseca ao tratar das escolhas realizadas pelos modernistas durante o período heroico do SPHAN. Cf. Fonseca, 2001, p. 100.

Império, percebe que, embora não estivesse institucionalizada a política patrimonial do país, os “monumentos históricos” foram alvo de análise de intelectuais do país (Marcelo, 2013).

Com o advento da República, uma série de iniciativas, sem resultados, foram tomadas na capital federal para preservação dos monumentos históricos e artísticos. Enquanto isso, nos estados, algumas iniciativas pontuais despontavam, mas insuficientes “para assegurar proteção aos monumentos históricos e artísticos, nem mesmo dentro de seus respectivos territórios” (IPHAN, 1980, p. 10). A política patrimonial brasileira se modifica, do ponto de vista administrativo, com o surgimento, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que passa a incluir, também, os assuntos de cultura.

A criação de Inspetoria dos Monumentos Nacionais, a partir do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, centralizou no Museu Histórico Nacional (MHN) diversas preocupações referentes aos “monumentos nacionais”, como demonstra Aline Montenegro Magalhães (Magalhães, 2015). A chamada “fase heroica” abarca, basicamente, a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade como Presidente do SPHAN, que se estende de 1937 a 1967 (RUBINO, 1996, p. 97). Silvana Rubino aponta o ano do Decreto-Lei nº 25/1937 como fundamental, porém, é importante ressaltar que já em 1936, e antes de novembro de 1937, Rodrigo Melo Franco e seus auxiliares já trabalhavam para tornar os tombamentos que ocorreriam no ano seguinte uma realidade. O SPHAN passou a funcionar, na prática, antes de sua formalização administrativa, a partir de determinação presidencial em 1936; a integração à máquina pública ocorreu pela Lei 378, de 13 janeiro de 1937 (Rezende; Grieco; Teixeira; Thompson, 2015). Para Rubino, “a criação do SPHAN em 1937 representou para seus funcionários e correligionários uma ruptura em relação a uma tradição anterior que consideravam amadora no trato de assuntos relativos ao passado tradicional brasileiro” (Rubino, 1996, p. 97).

Durante a era varguista de preservação, a referência que mais tempo se manteve no cargo e acabou marcando mais fortemente as ideias de preservação foi Gustavo Capanema, que liderou o MESP entre 1934 e 1945, ou seja, cerca de 11 anos. A importância de Capanema é reforçada por Maria Cecília Londres Fonseca, que o destaca como “principal responsável e artífice no plano político” das questões de patrimônio (Fonseca, 2001, p. 85). Apesar da sua importância historicamente posta, a questão relativa ao patrimônio

histórico e artístico “não era uma prioridade do ministro no momento de sua nomeação, em 1934, quando em seu discurso de posse, deu destaque à educação nacional, à saúde pública e à assistência social” (Id.). Subordinados a Capanema, encontravam-se uma série de intelectuais, escritores e técnicos que foram responsáveis por fazer os primeiros tombamentos pelo Brasil.

Silvana Rubino, no texto *O mapa do Brasil passado*, reflete sobre o papel do SPHAN durante os primeiros anos de seu funcionamento. Para a autora, ao realizar os primeiros tombamentos, os técnicos do órgão de preservação descobriram um país através das visitas e, nesse processo, “se inventou e inventariou um Brasil histórico e artístico” (Rubino, 1996, p. 97). Neste processo, algumas escolhas se efetivaram em detrimento de outras: “o país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados tem lugares e tempos privilegiados” (Rubino, 1996, p. 97).

As disputas internas são naturais nos processos políticos, contando com resistências, negociações, alianças, silenciamentos e rupturas. No SPHAN de Capanema e Rodrigo Melo Franco não seria diferente:

Essa hegemonia dos modernos no trato dos monumentos durante a gestão Capanema não se deu sem conflito, seja em relação às correntes que com eles disputavam esse mesmo espaço – como os neocoloniais, liderados por José Mariano Filho, e os que exaltavam o culto à pátria, liderados por Gustavo Barroso, seja dentro do próprio grupo, onde acabou por prevalecer a liderança incontestada de Lúcio Costa, o que implicou o afastamento do arquiteto Carlos Leão e, em certa medida (pelo menos do ponto de vista da proposta conceitual), de Mário de Andrade (Fonseca, 2001, p. 86-87).

Assim como Cecília Londres Fonseca, Marcos Napolitano também reforça as disputas internas na composição da burocracia cultural brasileira. Napolitano destaca que Mário de Andrade teria se dedicado a preservar o que hoje referimos como “patrimônio imaterial”, a partir da cultura popular. Melo Franco, por sua vez, ficou responsável pelos tombamentos de “monumentos arquitetônicos” (Napolitano, 2021, p. 141). Apesar das visões diferentes sobre patrimônio, havia um consenso sobre a prevalência do barroco sobre os demais bens, considerando-o como “[...] o nascimento de uma cultura original no Brasil colonial” (Id.).

Ao longo dos tombamentos e, conseqüentemente, do reconhecimento de certos bens como patrimônio nacional, não foram somente os valores arquitetônicos que foram discutidos. As visões sobre qual “História nacional” deveria prevalecer também ocorreu dentro dos departamentos. Em um contexto nacionalista, é possível supor que uma visão centralizadora de valores

históricos possa ter sido privilegiada em detrimento da valorização de uma visão mais regional. Por mais que o presidente fosse gaúcho, a bandeira do Rio Grande do Sul também estava entre as que foram destruídas no simbólico episódio de queima das bandeiras estaduais quando abolidas pela nova Constituição, cremadas em 2 de dezembro de 1937.<sup>7</sup> No campo do patrimônio, prevaleceu o que Cecília Londres chama de “postura centralizadora e canônica” (Fonseca, 2001, p. 99-100).

No que se refere aos “esquecimentos”, por negligenciar visões mais abrangentes de preservação, destaca-se a posição ampla e diferenciada de Mário de Andrade – segundo Márcia Chuva: “Mário de Andrade apontava para uma concepção integral da cultura” (Chuva, 2012, p. 151). Apesar da importância da atuação de Mário de Andrade, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Luís Saia, Afonso Arinos e outros, é de se supor que existam também interesses e atores regionais dispostos a mostrar a sua visão sobre o patrimônio excepcional de cada um dos estados.

Como ocorre com todo político, as escolhas de Gustavo Capanema implicaram perdas, na medida em que outros caminhos, talvez não tão espetaculares, porém mais afinados com a diversidade cultural da nação, não puderam ser trilhados (Fonseca, 2001, p. 100).

Embora Capanema fosse o principal gestor na hierarquia, devemos destacar que outros também corroboraram essa visão hegemônica na estrutura do SPHAN, que reproduzia a visão encabeçada pelo MESP. Nas próximas seções do texto, buscaremos explorar as “perdas patrimoniais” deste processo no extremo sul do país, na perspectiva apontada acima por Cecília Londres Fonseca.

## O ANUÁRIO E OS MONUMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL

Antes de iniciar a apresentação da fonte a ser analisada, destacamos que, ao utilizar o termo “monumento”, estaremos nos reportando ao seu significado historicamente posto. Cabe sublinhar que a categoria de “monumento” não se refere exatamente à noção contemporânea que temos do termo. Na época em questão, a noção de patrimônio artístico-histórico ainda estava sendo construída e o termo comum para se referir a bens culturais que evocavam valores era a palavra “monumento”. Isso trouxe certos problemas conceituais,

---

<sup>7</sup> Para Ruben George Oliven, “a cerimônia da queima das bandeiras marca [na Esplanada do Russell, Rio de Janeiro], a nível simbólico, o enfraquecimento do poder regional e estadual e pode ser vista como um ritual de unificação da nação sob a égide do Estado” (Oliven, 1986, não paginado).

uma vez que o termo monumento é polissêmico. Cecilia Londres, porém, embasada em Alois Riegl, reforça uma característica pertinente a todos os monumentos: “O que caracteriza um monumento é o sentido que lhe é atribuído de *feito para lembrar*” (Fonseca, 2001, p. 87). Riegl, já no início do século XX, fez um estudo<sup>8</sup> procurando diferenciar os *monumentos intencionais* daqueles que se tornaram monumentos *a posteriori* (Ibid., p. 88). Ou seja, algo pode ser criado com o objetivo de evocar valores ou, posteriormente, pode evocar valores a partir de uma leitura em um novo contexto: o primeiro seria o que chamamos atualmente de monumento e o segundo, de patrimônio. Apesar da separação semântica apresentada, cabe destacar a existência de valor patrimonial presente nos “monumentos” e, também, o aspecto monumental presente no “patrimônio”.

No contexto de escrita da fonte, o *Anuário*, a política para os monumentos estava presente na estrutura do MESP. A criação do MESP, ocorrida em novembro de 1930, se insere no rol de mudanças administrativas ocorridas após a instauração do novo regime. Mesmo sem grandes mudanças iniciais na condução política, a criação significou “[...] apenas a incorporação do já existente Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criado em 1920” (HOCHMAN, 2005, p. 130). A fonte principal por nós utilizada, o *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*, tinha como objetivo fazer um balanço da situação sanitária, educacional e cultural no período inicial do governo varguista. Entretanto, percalços fizeram com que o *Anuário* não fosse publicado em 1931, mas somente em 1945. Mesmo publicada após o final do Governo Provisório, a fonte acabou mostrando um retrato da situação administrativa nos primeiros anos de atuação do MESP. O Governo Provisório apresentou certa instabilidade ou mesmo dificuldade de consolidar os seus objetivos, fato que pode ter contribuído para a demora da publicação definitiva do *Anuário*.

Entre os textos presentes no *Anuário*, na seção dedicada à cultura nas diferentes regiões do país é apresentado um texto denominado “*Monumentos Artísticos e Históricos do Rio Grande do Sul*”, de autoria do “Dr. Eduardo Duarte”.<sup>9</sup> Neste apanhado, são apresentadas dezenas de fotografias e uma listagem detalhada dos “monumentos artísticos e históricos” em diferentes

---

<sup>8</sup> Ver: Riegl, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

<sup>9</sup> Eduardo Mafra Duarte (Porto Alegre, 1874; Veranópolis, 1962) foi médico, escritor, historiador e jornalista. Atuou no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, no Museu do Estado (Museu Júlio de Castilhos), do qual foi Diretor, e na criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Cf. Martins, 1978, p. 190-191.

regiões do estado. Os bens são apresentados de forma descritiva, sem padronização ou informações computáveis para todos os monumentos históricos; porém, é possível fazer uma análise coletiva dos valores patrimoniais evocados. Além de assinar o texto, Eduardo Duarte contou com a colaboração de outros autores ou de seus textos para subsidiar o relatório. Por exemplo, o material relativo às “Ruínas dos Sete Povos das Missões” foi reproduzido de texto de Rosauro Tavares, apresentado na Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, aparentemente em 1929<sup>10</sup>. O trecho sobre Rio Pardo, por sua vez, é uma reprodução de monografia de Dante de Laytano<sup>11</sup>, denominada “Nossa Senhora do Rio Pardo do Rio Grande do Sul - Os seus monumentos históricos e artísticos”. Mesmo sendo escrito em um contexto anterior à Revolução de 1930, cabe destacar que existe uma complexidade política presente na temporalidade relativa à Era Vargas. Sendo Getúlio governador do Rio Grande do Sul desde 1928, em certa medida, não é inadequado falar que o varguismo se inicia antes de 1930 no Rio Grande do Sul.

Pensando nesta continuidade política, é possível perceber que anos antes da publicação do *Anuário*, em 1945, o texto circulava dentro do Ministério, assessorando técnicos federais nas avaliações dos bens que futuramente seriam tombados no âmbito do SPHAN. Em 29 de setembro de 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade enviou correspondência para Augusto Meyer<sup>12</sup>, fazendo uma avaliação, na época, do conteúdo (e indicando a publicação que ocorreria em seguida):

Já consegui apurar o que foi que enviaram daí em 1928 para o Ministério da Educação. É um trabalho intitulado Monumentos artísticos e históricos do Rio Grande do Sul, de autoria do Dr. Eduardo Duarte, diretor do Museu Júlio de

<sup>10</sup> Fato que contraria a afirmação de Melo Franco de que o texto havia sido enviado ao Rio de Janeiro em 1928. Não foram localizados os originais utilizados para subsidiar a publicação do *Anuário*; entretanto, localizamos, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), uma cópia datilografada, com algumas alterações, porém acompanhada das fotos originais, com o título “Relação Descritiva dos Monumentos Artísticos e Históricos (Rio Grande do Sul)”, de 1932, com carimbo do Museu Júlio de Castilhos, assinada “Visto Duarte / 4/2/1932”. A presença desse documento em momento posterior ao envio reforça que a listagem continuou circulando ou sendo utilizada pela *intelligentsia* gaúcha, não sendo vista como um mero relatório solicitado pelo poder central. Cf. AHRs. Fundo Iconografia. AF/007. Relação Descritiva dos Monumentos Artísticos e Históricos (Rio Grande do Sul), 1932.

<sup>11</sup> Dante Arone de Laytano (Porto Alegre, 1908; Porto Alegre, 2000) foi advogado, juiz, folclorista e historiador. Notabilizou-se por estudar temas de história do Rio Grande do Sul, sua formação, povos e folclore. Cf. Martins, 1978, p. 302.

<sup>12</sup> Augusto Meyer (Porto Alegre, 1902; Rio de Janeiro, 1970) foi escritor, poeta e ensaísta. Foi Diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 1930 e Diretor do Instituto Nacional do Livro por cerca de trinta anos. Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Cf. ABL. Biografia. Augusto Meyer. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/augusto-meyer/biografia>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

Castilhos. O diretor de Estatística do Ministério me cedeu as provas do trabalho, que deve ser publicado brevemente num anuário daquela diretoria.<sup>13</sup>

Apesar da informação, a obra, como vimos, seria lançada somente em 1945. Mesmo com os atrasos e as discrepâncias de informações entre os estados, trata-se do levantamento mais aprofundado sobre a situação educacional, cultural e sanitária do país durante os primeiros anos da Era Vargas. Retornando ao tema dos monumentos do Rio Grande do Sul, Rodrigo Melo Franco faz a seguinte análise:

A coisa é alentada: 49 páginas de formato grande, das quais 27 dedicadas às Missões. Mas, com exceção destas, quase todos os demais monumentos assinalados são estátuas e bustos. De qualquer maneira, logo que sair o anuário, mandarei um exemplar para você. Quanto à documentação fotográfica que talvez tenha acompanhado o trabalho do Eduardo Duarte, estou providenciando no sentido de obtê-la.<sup>14</sup>

O levantamento de Eduardo Duarte e seus colaboradores apresenta 31 monumentos intencionais, já criados com a função principal de ser um monumento; 26 bens *edificados* e quatro outros bens, totalizando 61 bens, que poderiam ser chamados, atualmente, de bens culturais; à época, eram referidos como “monumentos históricos e artísticos”. Considerando somente os bens edificados, que constituem o foco principal desse artigo, temos os bens abaixo (Tabela 1). Chama atenção, de início, que a capital do estado, Porto Alegre, não aparece representada com nenhuma edificação. Capitais antigas como Rio Grande e Caçapava, por sua vez, aparecem representadas.

Inspirados em Silvana Rubino (1996), apresentamos a seguinte caracterização: em primeiro lugar, temos oito bens de arquitetura religiosa; em seguida, cinco bens de arquitetura civil, três bens de arquitetura ligada ao estado, dois bens de natureza associativa/caritativa, dois bens caracterizados como “fonte/chafariz”, dois bens como ruína/remanescente e, por fim, temos um bem como arquitetura militar.

Localização	Categoria	Nome atribuído
Rio Pardo	Arquitetura Religiosa	Igreja Matriz N. S. do Rosário
Rio Pardo	Arquitetura Religiosa	Igreja de São Francisco
Rio Pardo	Arquitetura Religiosa	Igreja N. S. dos Passos
Rio Pardo	Arquitetura Religiosa	Igreja de São Nicolau
Rio Pardo	Outros	Necrópole do Rio Pardo
Rio Pardo	Arquitetura Civil	Casa solarenga que pertenceu ao Barão do Triunfo
Rio Pardo	Arquitetura Civil	Solar rural do Barão de Quaraí

**Tabela 1.** Bens culturais edificados em destaque no *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*. Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em *Anuário do Ministério da Educação e Saúde Pública*, 1945.

<sup>13</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 29 jun. 1937. [Acervo FCRB].

<sup>14</sup> Id.

Rio Grande	Arquitetura Civil	Casa em que nasceu o Gen. Manuel Marques de Souza
Triunfo	Arquitetura Religiosa	Igreja Matriz (Tombamento Indeferido)
Triunfo	Arquitetura Civil	Casa em que nasceu Bento Gonçalves
Triunfo	Arquitetura ligada ao Estado	Prefeitura Municipal
Triunfo	Arquitetura Civil	Teatro União - Bento Gonçalves
Triunfo	Fontes/Chafarizes	Fonte Pública “A Cacimba”
Bagé	Arquitetura ligada ao Estado	Edifício do Banco da Província
Bagé	Arq. associativa/caritativa	Edifício da Beneficência Portuguesa
Bagé	Arq. associativa/caritativa	Santa Casa de Caridade
Bagé	Arquitetura Religiosa	Matriz de São Sebastião (1944)
Bagé	Outros	Colégio do Espírito Santo
Bagé	Arquitetura ligada ao Estado	Prefeitura Municipal
Bagé	Outros	Mercado Público
Caçapava do Sul	Arquitetura Militar	Ruína dos Fortes Pedro II (1938)
Caçapava do Sul	Arquitetura Religiosa	Igreja Matriz
Caçapava do Sul	Ruínas/Remanescentes	Teatro de Caçapava – Ruínas da construção iniciada em 1848
Cachoeira	Fontes/Chafarizes	“Chateau d'eau”
Cachoeira	Arquitetura Religiosa	Igreja Matriz (Tombamento Indeferido)
São Miguel	Ruínas/Remanescentes	Templo de São Miguel – Ruínas dos Sete Povos das Missões (1938)

Maria Cecília Londres Fonseca, ao analisar a trajetória da política federal de patrimônio, destaca que um elemento basilar historicamente construído, na visão ocidental de patrimônio, é a “legitimação do patrimônio pelo valor de nacionalidade” (Fonseca, 2005, p. 57). No contexto brasileiro, essa legitimação, em vez de estar ligada ao processo de formação do Estado nacional, estava ligada ao processo de centralização política e crescimento do nacionalismo que vivíamos na primeira metade do século XX, especialmente após a ascensão de Vargas à Presidência.

Na listagem do *Anuário*, quatro bens aparecem relacionados com o que pode ser chamado de *casas históricas*: são elas a “Casa solarenga que pertenceu ao Barão do Triunfo”, a “Casa em que nasceu Bento Gonçalves”, o “Solar rural do Barão de Quaraí” e a “Casa em que nasceu o General Manuel Marques de

Souza”. A problemática das “casas históricas” ou “casas natais” é analisada por Marcos Ribeiro, que reforça que nestes casos prevalece sobre os bens não somente a materialidade da edificação, mas também os valores e ideias que o personagem relacionado à edificação evoca (Ribeiro, 2012). Considerando que Duarte era funcionário público responsável pelo Museu do Estado, é possível que também estivesse pensando em consolidar a trajetória destes personagens, consagrando-os heróis. Rodrigo Rodrigues, ao analisar a lista de Duarte, destaca o aspecto *quasi*-religioso da seleção:

Os lugares diretamente vinculados às memórias dessas personalidades, no caso de Duarte, as casas de Bento Gonçalves, do Conde de Porto Alegre e dos barões do Quaraí e do Triunfo, foram revestidos de uma aura de sacralidade à medida que ele as classificou como monumentos históricos, dignos de serem preservados (Rodrigues, 2019, p. 191).

A maior parte do escrito trata das “Ruínas dos Sete Povos das Missões”, cujo principal bem é o “Templo de São Miguel”. São abordados o histórico da ocupação e detalhes não muito pormenorizados dos remanescentes que existiam na época da escrita do material. De qualquer forma, demonstra-se um interesse na identificação e preservação, mesmo que incompleta. O principal aspecto que chama atenção ao tratar das missões jesuítico-guaranis é a questão de qual identidade se está tentando evocar. Sabemos que os antigos Sete Povos foram edificados e ficavam em território espanhol e que a conquista e ocupação deste território pelos portugueses ocorreria muitos anos depois. Permanece, então, a dúvida sobre qual identidade estava sendo evocada: a identidade dos portugueses ou a do adversário espanhol. Essa questão da disputa entre a *identidade espanhola* e *identidade portuguesa* se relaciona, de certa forma, com as duas tendências antagônicas sobre a identidade do Rio Grande do Sul que foram debatidas pela historiografia regional, como reforça Ieda Gutfreind ao tratar das tendências presentes nos estudos historiográficos: “uma das orientações identificadas denomina-se de matriz platina e a outra de matriz lusitana” (Gutfreind, 1992, p. 11). Cada uma dessas matrizes evoca ideias diferentes sobre as características identitárias do povo sul-riograndense. No caso dos defensores da matriz platina ou espanhola, estes reforçam justamente a aproximação com os Sete Povos:

[À matriz platina] filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-riograndense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, componha a história do Rio Grande do Sul (Id.).

Uma vez conquistadas as Missões e preservadas as suas ruínas, não é difícil imaginar que elas também representassem simbolicamente a vitória do elemento português sobre os espanhóis na disputa territorial relativa ao interior do Rio Grande do Sul. Porém, ainda assim, o estado mais ao Sul do país ainda parece culturalmente muito diferente do restante do país. Como reforça Dante de Laytano, citado por Eduardo Duarte, “o Rio Grande do Sul tem a sua história regional dividida em três grandes períodos: Missões – Farrapos – Imigração” (Brasil, 1945, p. 681). Estes três processos *sui generis* nem sempre são fáceis de conciliar com a identidade nacional do país, seja pelo processo formativo ou pelos conflitos recorrentes na história regional. Dadas as diferenças, o que parcialmente sustentava a presença do Rio Grande na identidade brasileira pode ser atribuído a sua participação no coletivo do Estado Nacional. Isso se relaciona com o que é apontado por Letícia Nedel ao afirmar que o estado era parte das “províncias unidas pelo vínculo da nacionalidade”, mesmo com as diferenças, sendo

[...] a fragilidade deste vínculo na mais meridional dentre elas – uma região tardiamente incorporada ao império colonial português e culturalmente próxima de vizinhos sem o mesmo pendor que o Brasil, nem para o regime da Coroa, nem para a preservação da unidade (Nedel, 2005, p. 49).

Seja como for, entre espanhóis e portugueses parece haver uma proeminência de evocar uma *identidade europeia*. Outro elemento a se destacar é a presença de uma *identidade farroupilha* na relação de bens apresentados no Anuário. Na listagem relativa aos monumentos já aparecem bens dedicados a personagens farrapos como General Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi, frequentemente os nomes mais lembrados pela memória social ao se falar dos insurrectos. A “Casa em que nasceu Bento Gonçalves”, em Triunfo, recebe valor cultural simplesmente por estar associada ao líder farrapo, general Bento Gonçalves, e por ter sido “construída pelo Sr. Manoel Gonçalves Meireles, avô do citado general”. Outras duas casas históricas presentes na lista estão relacionadas com militares que combateram na Guerra dos Farrapos (1835-1845), sendo elas a “Casa em que nasceu o General Manuel Marques de Souza” e a “Casa solarenga que pertenceu ao Barão do Triunfo”. Marques de Souza, Conde de Porto Alegre, foi um militar que teve a sua memória associada aos seus esforços para a manutenção do território nacional, seja no caso da Cisplatina (década de 1820), ou no caso da Revolução Farroupilha, em favor dos imperiais. No caso de José Joaquim de Andrade Neves, o Barão do Triunfo, destaca-se que, durante todo o conflito, permaneceu aliado aos imperiais.

Referente à “Casa solarenga que pertenceu ao Barão do Quarai”, sabe-se que o jurista e administrador Fernandes Chaves não se envolveu militarmente no contexto da Farroupilha, mas foi personagem associado aos legalistas, assim como outros membros de sua família. Então, como vemos, a visão que prevalece sobre os “monumentos históricos” relevantes não é somente a da memória relativa aos derrotados farrapos, mas também aos vitoriosos imperiais (que inclusive receberam títulos nobiliárquicos). Apesar da presença da questão farroupilha, o que se percebe é a supremacia de uma *identidade brasileira* prevalecendo sobre as demais.

Por fim, outro valor que fica evidente na seleção proposta é o associado à religiosidade. A presença das primeiras igrejas construídas no território luso-riograndense reforça não uma simples identidade religiosa, mas, especialmente, uma profunda *identidade católica*. Igrejas como a do Rosário (Rio Pardo), São Francisco (Rio Pardo) e a Matriz Bom Jesus (Triunfo), todas do século XVIII, revelam um interesse em preservar as obras do barroco tardio no estado. A Igreja de São Nicolau, por sua vez, mostra a intencionalidade em preservar um templo vernacular, não erudito, fruto do hibridismo cultural entre indígenas e europeus. Curiosamente, a lista de Duarte não incluiu a Igreja de São Pedro (Rio Grande), uma das mais antigas, que depois seria o primeiro bem a ser tombado no Rio Grande do Sul. Glaci Braga da Silva destaca que não apenas era um estilo original brasileiro, mas também uma forma de equalizar a cultura nacional interna e externamente: “Alçando o barroco a símbolo de nossa identidade, foi possível demonstrar a homogeneidade cultural pretendida pelo regime e, ao mesmo tempo, situar o Brasil entre as nações modernas e civilizadas” (Silva, 2010, p. 89). Nesse sentido, Duarte já antecipava, parcialmente, os interesses futuros do SPHAN.

A lista de Duarte, além de apresentar bens que futuramente seriam tombados pelo SPHAN, mostrava, ao mesmo tempo, uma diversidade maior de bens representando outras identidades. Entretanto, como veremos a seguir, a lógica que determinou os tombamentos do SPHAN procurava homogeneizar a cultura nacional, privilegiando a hegemonia do colonizador português – como reforça Jessica Zirbel da Silva:

Viu-se que, para um entendimento satisfatório da lógica que orientou o SPHAN em seus primeiros anos de atuação, faz-se necessário um olhar atento ao projeto mais amplo de realinhamento da sociedade a partir da perspectiva desenvolvimentista e homogeneizadora que foi foco do Estado Novo. Para o SPHAN, enquanto instituição parte de uma burocracia estatal centralizadora, foram nomeados agentes que estiveram de acordo com o

plano de modernização do país, o que passou pela construção de uma imagem das origens da cultura nacional voltada para a hegemonia branca, católica, elitista, paternalista e escravista, que buscava em eventos históricos e personagens heroicos meios de reforçar o teor nacionalista do discurso, tendo como enfoque as construções de estilo barroco do século XVIII (Silva, 2024, p. 25).

### O PATRIMÔNIO CULTURAL DE FATO RECONHECIDO NO RIO GRANDE DO SUL (1938-1945)

Apesar da interessante diversidade de identidades e valores presentes na listagem do *Anuário*, não coube a Eduardo Duarte participar das escolhas dos bens que seriam reconhecidos pelo governo federal no Rio Grande do Sul. Essa tarefa foi incumbida ao intelectual e escritor Augusto Meyer, requisitado pelo Presidente do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, no início de 1937.

As cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>15</sup> permitem acompanhar de forma mais minuciosa os critérios de escolha dos bens ao longo do trabalho no Rio Grande do Sul. Em 9 de março de 1937, dois meses depois da publicação do Decreto de criação do SPHAN, Melo Franco solicita a Mayer a sua participação como dirigente local:

Peço permissão para dirigir-me ao senhor, a fim de solicitar sua valiosa colaboração na tarefa que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem a realizar no Rio Grande do Sul.

[...] o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se empenhará por dilatar a sua ação até o Rio Grande do Sul, no propósito de inventariar os bens de valor histórico e artístico excepcional existentes no Estado e bem assim proceder aos estudos necessários para o fim de dar início às obras de conservação ou de restauração que reclamarem alguns dos monumentos aí situados, entre os quais se destacam os vestígios das construções das missões jesuíticas, em São Miguel.<sup>16</sup>

No momento da contratação, Melo Franco destaca sua estima por Augusto Meyer, apontando que acreditava em sua capacidade técnica e na lisura de seu parecer sobre os bens a serem escolhidos no Rio Grande do Sul: “[...] não desejo tomar nenhuma providência com esse objetivo, sem ter obtido previamente quer o seu valioso parecer [...]”.<sup>17</sup>

Melo Franco convidava Meyer a assumir o cargo de “assistente técnico para exercer as funções de delegado do serviço na 7ª Região (compreendendo

<sup>15</sup> As cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer se encontram no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa e foram estudadas e transcritas por Laura Regina Xavier (2008).

<sup>16</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. **[Correspondência]**. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 9 mar. 1937. [Acervo FCRB]

<sup>17</sup> Id.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande)”<sup>18</sup>. Sabendo da função de Meyer como Diretor da Biblioteca Pública do Estado, sediada em Porto Alegre, assim o comunica: “[...] penso que lhe será lícito acumular a direção da Biblioteca Pública do Estado com as suas funções de assistente técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sobretudo atendendo à compatibilidade de horários”<sup>19</sup>. Após as formalidades contratuais, Melo Franco e Meyer tornam-se assíduos correspondentes e o Presidente do SPHAN passa a solicitar, em diversas cartas, atualização sobre os trabalhos da varredura no Rio Grande do Sul para o novo técnico. Melo Franco solicita, frequentemente, documentação fotográfica de arquitetura civil e religiosa do Rio Grande do Sul e, ainda, pede indicações de bibliografia sobre o estado:

[...] devo confessar-lhe que, quando pedi o seu auxílio foi com o pensamento de obter sua colaboração pessoal e efetiva para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pois estou certo de que ninguém estará mais habilitado que o senhor a orientar aí a atividade da repartição.<sup>20</sup>

Na sequência da troca de cartas, em abril de 1937, Melo Franco expõe detalhes da estrutura e da hierarquia do SPHAN, da qual fazia parte também Lúcio Costa, que, em parte, supervisionaria os processos:

Bastará que, uma vez ou outra, o senhor realize algumas inspeções, mas poderá confiar a execução de serviços fora daí a pessoas de sua escolha, correndo as despesas por conta de verba material da repartição. De resto, o arquiteto chefe da Comissão Central do Tombamento [Lucio Costa] deverá percorrer essa Região dentro de algum tempo e eu, se puder, irei na companhia dele.<sup>21</sup>

Como veremos, o resultado final do trabalho de Meyer foi consolidado parcialmente pelo SPHAN, constando na listagem abaixo (Tabela 2) os bens que foram tombados. A partir de dados do IPHAN, especialmente da base de dados de bens tombados – Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em fevereiro/2025) – foram abertos 13 processos de tombamento de edificações entre 1938 e 1945:

**Tabela 2.** Tombamentos no Rio Grande do Sul pelo SPHAN (1938-1945). Fonte: Elaborado pelos autores.

Localização	Categoria IPHAN	Nome atribuído (Número do Processo/Ano)
Rio Grande	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco (1/1938)

<sup>18</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 16 abr. 1937. [Acervo FCRB].

<sup>19</sup> Id.

<sup>20</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 16 abr. 1937. [Acervo FCRB].

<sup>21</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 22 abr. 1937. [Acervo FCRB].

Triunfo	Edificação	Casa natal de Bento Gonçalves (94/1938)
São Leopoldo	Edificação	Casa do Colono Alemão ou Casa da Feitoria Velha (95/1938. Indeferido)
Porto Alegre	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora das Dores (96/1938)
Viamão	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão (96/1938)
Piratini	Edificação	Casa de Garibaldi (97/1938)
Piratini	Edificação	Palácio Farroupilha (97/1938)
Porto Alegre	Edificação	Solar de D. Diogo de Souza (98/1938, Indeferido)
Entre-Ijuís	Edificação	Casa construída com material missionário (104/1938)
Caçapava do Sul	Edificação	Forte de Caçapava (141/1938)
São Miguel das Missões	Ruína	Povo de São Miguel: remanesc. e ruínas da Igreja de São Miguel (141/1938)
Porto Alegre	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário (178/s.d., Tombamento Cancelado)
Bagé	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de São Sebastião (337/1944)

A lista apresenta um número pequeno de bens (13), e somente parte deles segue tombada até os dias atuais (10), sendo que dois foram indeferidos e um tombamento foi cancelado. Rubino, que analisou os primeiros tombamentos, destaca que foram tombados, no país, um total de 78 bens no primeiro ano de funcionamento do SPHAN e que o Rio Grande do Sul figura entre os estados que tiveram bens tombados neste período (Rubino, 1996, p. 97). Porém, com o tempo, o que se viu foi uma baixa representação de bens tombados – embora o Rio Grande do Sul estivesse em oitavo lugar entre os estados. Os primeiros colocados estavam substancialmente à frente, sendo que Minas Gerais contava com 165 tombamentos, Rio de Janeiro, com 140, e Bahia possuía 131 (Ibid., p. 99) A baixa representatividade gaúcha pode ser explicada por vários fatores: além da ocupação tardia anteriormente referida, podemos intuir, também, que o estado mais ao Sul do país possuía valores culturais não considerados interessantes de serem destacados naquele contexto centralizador. Seja como for, Rubino também reforça a desigualdade na distribuição:

Em um país de grandes dimensões, o SPHAN desenvolveu suas atividades de modo marcadamente desigual. O conjunto de bens tombados desenha um mapa de densidades discrepantes nas diversas regiões, períodos e tipos de bens, formando conjuntos fechados e finitos (Ibid., p. 97).

Algo que chama atenção, porém, foi o pioneirismo dos levantamentos realizados no estado mais meridional. Conforme verificado na correspondência de Melo Franco e Augusto Meyer, de setembro de 1937, o Rio Grande foi uma espécie de projeto piloto:

Fiquei muito contente com as notícias que você me deu sobre seus projetos para ativar aí o nosso serviço. Vamos ver se a gente dá conta da arquitetura do Rio Grande até o fim do ano, para, em 1938, principiarmos a cuidar do tombamento do resto.<sup>22</sup>

Percebe-se que quase a totalidade da discussão sobre a inclusão dos bens a serem tombados no Rio Grande do Sul ocorre antes da própria publicação do Decreto 25/1937. O primeiro processo de tombamento aberto no país, o processo “T1”, é o relativo à “Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco”, em Rio Grande/RS – mesmo que não seja o primeiro bem efetivamente tombado, pois sua inclusão no Livro de Belas Artes, com o número 71, ocorreu somente em maio de 1938. O bem era considerado a primeira Igreja construída no Rio Grande português<sup>23</sup> (a Missão Jesuítico-Guarani de São Miguel era anterior). A preocupação com o tombamento deste bem de forma emergencial ocorreu possivelmente devido às tentativas de demolição que partiam do clero local, conforme atestam cartas de 26 de junho, 29 de junho e de 9 de outubro de 1937.<sup>24</sup>

Glaci Braga da Silva aponta que o mesmo se repetiu em outros locais do país, ocorrendo diversas “[...] intervenções de líderes do governo, em parte valendo-se da relação do ministro Capanema com Alceu Amoroso Lima — líder político católico — para que a ideia de tombamento fosse aceita no meio eclesiástico” (Silva, 2010, p. 76).

Apesar das peculiaridades do Rio Grande do Sul e da pequena quantidade de processos de tombamentos abertos até o final do Estado Novo, nota-se que Melo Franco enviou uma quantidade maior de fichas destinadas ao estado, sendo que nem todas foram preenchidas: “Caro Dr. Augusto Meyer. Envio-lhe hoje, sob registro, 30 fichas destinadas ao tombamento das obras de arquitetura nesse Estado”.<sup>25</sup> Assim, como veremos, seja pela quantidade de

<sup>22</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. **[Correspondência]**. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 25 set. 1937. [Acervo FCRB].

<sup>23</sup> O processo de patrimonialização deste bem foi estudado por William Paiva (2018).

<sup>24</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. **[Correspondência]**. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 26 jun. 1937; 29 jun. 1937 e 9 out. 1937. [Acervo FCRB].

<sup>25</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. **[Correspondência]**. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 26 jun. 1937. [Acervo FCRB].

bens, pelos tombamentos não efetivados ou pela visão preservacionista restrita, ocorreram algumas perdas no processo de patrimonialização.

### AS PERDAS NO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

A partir de um olhar comparativo e crítico às relações de bens apresentadas, elencaremos as perdas decorrentes do processo de patrimonialização federal no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, destacam-se as intencionalidades presentes: a escolha dos bens patrimoniais e a atuação dos agentes nesses processos não é neutra. A própria concepção de patrimônio é algo temporalmente e contextualmente produzida. Nesse sentido, acompanhamos a posição de Márcia Chuva, que ressalta que “[...] a noção de patrimônio não é desinteressada. E, por isso mesmo, não se trata de descobrir uma noção verdadeira, pois ela não é única” (Chuva, 2012, p. 163-164). Assim, veremos adiante o confronto entre valores patrimoniais ao longo do processo decisório aqui analisado.

Apesar do interesse pessoal dos agentes ser fundamental, devemos destacar que o período discutido é um período autoritário, assim, a ideologia do Estado também é relevante nesses processos. Sendo mais ou menos participativo, o “critério SPHAN” deveria prevalecer. Sobre isso, reafirma Melo Franco, em 29 de setembro de 1937, a Meyer:

Respondendo agora à consulta que você me faz a propósito do lembrete que lhe dei, esclareço que, evidentemente, **só devem ser relacionados os bens de arquitetura religiosa, civil e militar** existentes nesse Estado que tenham **interesse histórico e artístico excepcional ou relevante**. Os demais não, pois **deve prevalecer o nosso critério seletivo**.<sup>26</sup>

O documento apresentado acima cristaliza a visão predominante de patrimônio que viria a se consolidar no Estado Novo.

Sem dúvida, a memória nacional construída no Estado Novo com a presença dos ‘modernistas na repartição’ implicou esquecimentos [...] e **certas posturas centralizadoras e canônicas, responsáveis, entre outros efeitos, por uma imagem do Brasil via patrimônio histórico e artístico quase que exclusivamente branca, senhorial e católica** (Fonseca, 2001, p. 99-100).

Destacamos algumas permanências ao comparar a listagem de Eduardo Duarte com a seleção de Augusto Meyer. O Processo 94/1938 foi responsável pelo tombamento da “Casa natal de Bento Gonçalves” em Triunfo. Também em

---

26 Grifo nosso. Cf. Andrade, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 29 set. 1937. [Acervo FCRB].

1938 tombou-se o “Forte de Caçapava”, que foi referido na listagem de Eduardo Duarte como “Forte Pedro II”. Por fim, as Missões e seus remanescentes igualmente foram preservados naquele ano, através do Processo 141/1938, com o nome de tombamento “Povo de São Miguel: remanescentes e ruínas da Igreja de São Miguel”. Em Bagé, a Matriz de São Sebastião seria tombada em 1944, mais ao final do Estado Novo. Além desses quatro bens referendados nas duas listagens, foram abertos, anos depois, os tombamentos da Igreja Matriz de Cachoeira (Processo 457) e da Igreja Matriz de Triunfo (Processo 814), em âmbito federal, respectivamente em cerca de 1951 e em 1969. Porém, ambos os processos foram indeferidos. Inspirados em Silvana Rubino (1996), apresentamos uma divisão comparativa.

Tipos de bens	Lista dos <i>Anais</i>	Bens tombados 1938-1945
Arquitetura religiosa	8	5
Arquitetura ligada ao Estado	3	1
Arquitetura civil	5	4
Arquitetura militar	1	1
Arquitetura associativa/caritativa	2	-
Ruínas/Remanescentes	2	1
Fontes/chafarizes	2	-
Outros	3	1
<b>Total geral</b>	<b>26</b>	<b>13</b>

**Tabela 3.** Comparativo entre os bens, distribuídos em categorias. Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela apresentada reforça o que foi destacado por Rodrigo Rodrigues ao se referir à listagem de bens de Duarte, apontando para uma preferência por bens de “grandes homens” (arquitetura civil), bens religiosos e administrativos:

É possível perceber nessa listagem feita por Eduardo Duarte uma predileção por edificações religiosas e governamentais, desde que estas tivessem um caráter monumental, assim como pelas casas de personagens ligados à história do estado, que representariam uma arquitetura civil (Rodrigues, 2019, p. 191).

A abrangência do trabalho de Meyer, embora menor numericamente, foi mais diversa espacialmente, incluindo, também, bens de Porto Alegre. Destaca-se, porém, a ausência de bens ligados ao associativismo e à caridade. Da mesma forma, fontes e chafarizes não foram individualmente tombados. Uma carta de Melo Franco, datada de 15 de maio de 1937, aponta a necessidade de iniciar o inventário de bens, com destaque especial feito à preservação dos bens religiosos:

[...] venho recomendar-lhe com o mais vivo empenho organizar o plano e principiar imediatamente o serviço do inventário das obras de arquitetura civil

e religiosa de excepcional valor artístico e histórico situadas no território do Rio Grande do Sul, a fim de que o trabalho esteja terminado até o fim daquele prazo<sup>27</sup>.

No que diz respeito à temporalidade dos bens, ela remonta não somente à ancestralidade portuguesa, mas também abarca a época anterior, referente ao domínio espanhol, estendendo-se até a revolta civil, entre 1835 e 1845:

Fiquei muito animado com as notícias que sua última carta me trouxe sobre o andamento do serviço no Rio Grande. [...] Achei excelente o critério que o senhor adotou para esse efeito, limitando o inventário às obras edificadas no período compreendido entre as missões jesuíticas e a revolução dos Farrapos<sup>28</sup>.

Entre a lista provisória de 1928 ou 1929, elaborada por Eduardo Duarte, e a escolha dos bens por Augusto Meyer, nós temos um evento relevante que ocorre no estado do Rio Grande do Sul e que pode ter interferido para reativar memórias sobre a identidade cultural do estado, ajudando a explicar a presença de bens associados à história e personagens regionais. O centenário da Guerra dos Farrapos (1835-1845) ocorrido em 1935, mobilizou uma série de atividades comemorativas, sendo a mais conhecida delas a “Exposição do Centenário Farroupilha” (UFRGS, 1999). Ruben Oliven destaca que, em paralelo ao governo centralizador varguista, “no Rio Grande do Sul está havendo também um ressurgimento da cultura gaúcha, o que pode ser visto como a afirmação de uma identidade regional” (Oliven, 1986, não paginado).

Destaca-se, ainda, a intencionalidade de Meyer, referendada por Melo Franco, em incluir representação referente à imigração alemã e à ocupação da Colônia de São Leopoldo, incluindo a Casa da Feitoria Velha. Houve interesse, ainda, de preservar a casa de D. Diogo, também referido como Solar de Dom Diogo, que ficava no Caminho Novo, atual Voluntários da Pátria, em Porto Alegre, e que pertencera ao Conde do Rio Pardo. Assim refere Melo Franco:

Penso que há toda conveniência em incluir no inventário a **casa de D. Diogo**.

Quanto à **casa da Feitoria Velha**, deixo ao seu critério resolver sobre a conveniência de incluí-la ou não, conforme lhe parecer melhor.<sup>29</sup>

Apesar do interesse mútuo, nenhum dos bens foi tombado, sendo os dois processos indeferidos. É difícil compreender os meandros das decisões administrativas, ainda mais considerando que ambos os interlocutores eram

<sup>27</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 15 maio 1937. [Acervo FCRB]

<sup>28</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 4 jun. 1937. [Acervo FCRB]

<sup>29</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 31 jul. 1937. [Acervo FCRB].

favoráveis à proteção destes bens. Destaca-se, porém, que a decisão possivelmente passava também pelo arquiteto-chefe da Comissão Central do Tombamento, Lúcio Costa, que igualmente visitou o Rio Grande do Sul<sup>30</sup>, e que este pode ter sido contrário aos tombamentos. Ana Lúcia Meira, em artigo sobre a “Casa da Feitoria”, destacou, ainda, que “[...] o arquiteto Paulo Thedim Barreto, da equipe técnica do SPHAN no Rio de Janeiro, visitou São Leopoldo, e consta do seu relatório a afirmação que a Casa [da Feitoria] não possuía valor arquitetônico”, ressaltando, entretanto, seu valor histórico associado aos imigrantes (Meira, 2020, p. 274). Meira, que também se dedicou a estudar a patrimonialização dos bens no Rio Grande do Sul, destaca que tanto o Solar D. Diogo de Souza (indeferido) quanto a Igreja do Rosário (destombada<sup>31</sup>) foram demolidos (Meira, 2016, p. 8).

Interessado nos bens vernaculares não eruditos, ao longo das trocas de cartas sobre a seleção de bens, Rodrigo Melo Franco questiona: “Em matéria de arquitetura popular, não haverá aí algum monumento interessante?”.<sup>32</sup> Não sabemos exatamente a que Melo Franco se referia, porém, a Igreja de São Nicolau, construída por indígenas em Rio Pardo, talvez fosse o que mais se aproximava da arquitetura popular. A lista final, entretanto, apresentou outro bem interessante: a “Casa construída com material missionário”, possivelmente resposta popular ao empreendimento missionário espanhol (Mori, 2015).

De forma geral, percebe-se que, além de reproduzir o modelo SPHAN, que foi adotado no restante do país, ou, quem sabe, inaugurá-lo, uma vez que os tombamentos se iniciaram pelo Rio Grande do Sul, houve a intenção de remeter a “fatos memoráveis” locais, como o caso da Farroupilha e da Missões. Aspectos relacionados à imigração, integrante da tríade histórica do estado, destacada por Dante de Laytano, foram ignorados. O problema da “imprecisão de definição” expressa no decreto de criação do SPHAN (RUBINO, 1996, p. 98) permitia uma maleabilidade na escolha dos bens – ainda mais se

<sup>30</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. **[Correspondência]**. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 22 abr. 1937. [Acervo FCRB].

<sup>31</sup> O banco de dados do IPHAN aponta “Tombamento Cancelado”. A correspondência de Melo Franco para Augusto Meyer reforça o interesse em preservar a Igreja do Rosário em Porto Alegre. Cf. Andrade, Rodrigo M. F. de. **[Correspondência]**. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 26 jun. 1937 [Acervo FCRB]. Entretanto, a Igreja barroca foi destombada e demolida em um processo conturbado que demorou alguns anos e contou, inclusive, com participação pessoal de Getúlio Vargas em uma queda de braço política com o clero local que desejava construir novo templo. Uma análise detalhada deste processo pode ser vista no trabalho de Thaís Tanccini (2008).

<sup>32</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. **[Correspondência]**. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 4 jun. 1937. [Acervo FCRB].

considerarmos que os “fatos memoráveis” também são construídos historicamente. Utilizando, ainda, os critérios de Silvana Rubino, percebe-se que o “conjunto eleito”<sup>33</sup> do Rio Grande não se refere aos ciclos econômicos do povo gaúcho, seja o da economia associada ao gado (pecuária e charqueadas) ou o da pequena propriedade imigrante (que praticamente fugia do escopo apresentado por Mayer), ao contrário do que aconteceu em outras partes do país (RUBINO, 1996, p. 101).

A negação de tombamento ou inclusão de bens como a Casa da Feitoria Velha ou mesmo de bens relacionados à Guerra dos Farrapos também podem ter acontecido por uma predileção do SPHAN em selecionar, em sua maioria, bens que pertenciam ao século XVIII ou antes – privilegiando poucos bens dos séculos XIX e XX.<sup>34</sup>

Os interesses e “apropriações” (Chuva, 2012, p. 164) presentes, seja na escolha dos bens ou no processo de tombamento, afetam a representatividade e os valores que seriam ativados. A lista de Duarte, mais popular, diversa e temporalmente ampla, foi preterida, nestes aspectos, em prol das escolhas que igualmente seriam implementadas e consagradas no restante do país. O recorte temporal que não privilegiava a ocupação tardia do estado e a pouca atenção às peculiaridades locais acabou fazendo a lista se tornar não apenas reduzida, mas mais fácil de adequar à homogeneização pretendida pelo regime varguista.

Ainda concedendo certo crédito ao trabalho de Meyer e Melo Franco, é possível que o prazo exíguo para seleção dos bens do Rio Grande do Sul também tenha contribuído para as perdas. Assim se reporta o chefe do SPHAN às vésperas da aprovação do Decreto Lei 25, de 1937:

Escrevo este recado às pressas para lhe pedir encarecidamente e com a maior urgência que me envie uma relação tão completa quanto possível dos monumentos de valor históricos e artísticos situados no Rio Grande e que você julgue deverem ser tombados para os fins da recente lei nº 25 de 30 de novembro próximo findo. [...].

Preciso dessa relação com a maior pressa possível a fim de expedir as notificações para tombamento, que deverão produzir o efeito de sujeitar os bens tombados à intervenção e à fiscalização permanente deste Serviço.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> Termo explorado por Rubino (1996, p. 98).

<sup>34</sup> Rubino demonstra que, dos primeiros 689 bens tombados pelo SPHAN, menos de 20% pertenciam aos séculos XIX e XX. Logo, o período privilegiado era o período colonial brasileiro (Rubino, 1996, p. 102-103).

<sup>35</sup> Andrade, Rodrigo M. F. de. **[Correspondência]**. Destinatário: Augusto Meyer. Rio de Janeiro, 11 nov. 1937. [Acervo FCRB]

Uma vez decididos os bens e aprovado o Decreto, no ano seguinte se iniciariam os tombamentos. Ainda em 1938, Augusto Meyer, por sua vez, deixaria o Rio Grande do Sul rumo ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de Diretor do Instituto Nacional do Livro, recém-criado.<sup>36</sup> Com a nomeação, realizada por Getúlio Vargas em 1º de fevereiro de 1938, a atuação do SPHAN no Rio Grande do Sul passaria a ser mais pontual, dedicada sobretudo às Missões, e com menor estrutura administrativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mário Chagas, na abertura de seu ensaio “Memória política e políticas de memória”, reflete sobre as dificuldades em estudar os intrincados processos existentes entre a memória e a política. Segundo o autor,

Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorial. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente (Chagas, 2009, p. 136).

Os aspectos apresentados por Chagas também se revelam no campo do patrimônio aqui estudado. Cada uma das relações de bens apresentadas, embora incompletas na representatividade, com perdas, também procuraram se ancorar no passado. Como vimos, apesar de muitos daqueles atores da época de fundação do SPHAN acreditarem na atuação de órgãos de “caráter científico” (Chuva, 2012, p. 150), o momento após criação do órgão federal de patrimônio não está livre de intencionalidades políticas, imposições temporais e subjetividades pessoais.

A lista elaborada por Duarte não é simples listagem de um passado que poderia ter sido, igualmente não é um inventário detalhado do patrimônio do estado, mas é como se fosse um quadro pincelado do contexto em que vivíamos antes da criação do SPHAN. A citação de Silvana Rubino sobre os tombamentos do SPHAN também serve para pensar o Rio Grande, porém para pensar não o que ficou, mas o que poderia ter sido: “[...] o SPHAN realizou um movimento

<sup>36</sup> Ana Lúcia Meira apresenta a situação de instabilidade com a saída de Augusto Meyer, ficando o Rio Grande do Sul, ao invés de sede, subordinado a outros estados. Lucas Mayerhofer é apontado como um sucessor de Meyer, mas parece não ter assumido, embora tenha atuado nas missões. David Carneiro, do Paraná, também é referido como o novo Assistente Técnico. Segundo a análise de Meira, “conclui-se que, com a partida de Meyer, a sede da 7ª Região do SPHAN foi transferida para o Paraná” e depois para São Paulo (Meira, 2008, p. 252).

duplo: de um lado permitiu uma recomposição de quatro séculos de Brasil; de outro, nos ofereceu um auto-retrato de uma geração [...]” (RUBINO, 1996, p. 105).

## REFERÊNCIAS

### Fontes documentais

AHRS. Fundo Iconografia. AF/007. Relação Descritiva dos Monumentos Artísticos e Históricos (Rio Grande do Sul), 1932.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Anuário do Ministério de Educação e Saúde Pública - 1º Ano - 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. 2. [Unisinos. Acervo Memorial Jesuíta. Coleção de Periódicos Santo Inácio de Loyola].

IPHAN. Bens Tombados. **Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento – “base\_de\_dados\_site\_fevereiro.xls”**. Atualizado em fev. 2025. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

FCRB. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer.

### Fontes bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia. Augusto Meyer**. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/augusto-meyer/biografia>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

CHAGAS, Mário. Memória política e políticas de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 136-167.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BONEMY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 85-101.

\_\_\_\_\_. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

\_\_\_\_\_. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educ. Rev. [online]**, n. 25, pp.127-141, 2005.

IPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimonio\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937) [verbete]. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

MARCELO, Hernan Venegas. A noção de patrimônio no Brasil Império. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 1, p. 135-146, 2013.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Estadual do Livro, 1978.

MEIRA, Ana Lúcia G. Os modernos e as escolhas do passado no sul do Brasil. **VIRUS**, São Carlos, v.1, n. 12, 2016.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. Novamente a Casa caiu: critérios de intervenção e narrativas sobre o uso da Casa da Feitoria. **Patrimônio e Memória**, v. 16, n. 1, p. 270-287, 2020.

MORI, Victor Hugo. As casinhas populares nas Reduções Jesuíticas que encantaram Lúcio Costa. *Arquiteturismo*, **Vitruvius**, São Paulo, ano 9, n. 104. 1 nov. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil Republicano**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2021

NEDEL, Letícia. **Um Passado Novo para uma História em Crise**: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília, 2005.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 68-74, 1986.

PAIVA, William Adão Ferreira Paiva. **A patrimonialização da catedral de São Pedro**: Enaltecendo o Patrimônio Histórico, Cultural e Documental do Rio Grande/RS. In: Congresso Nacional de Arquivologia - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos... Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 625-645, out. 2018. Disponível em: <[http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6\\_nesp](http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp)>.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN [verbete]. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RIBEIRO, Marcos Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 223-247, 2012.

RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. **Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo**: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 97-105, 1996.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. **A materialização da nação através do patrimônio**: o papel do SPHAN no regime estadonovista. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Jessica Zirbel da. **O lugar do Rio Grande do Sul nas políticas de preservação dos primeiros anos do SPHAN**: uma análise sobre a perspectiva de “valor” (1937-1940). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2024.

TANCCINI, Thaís. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre**: entre a destruição e a preservação patrimonial. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2008.

UFRGS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Arquitetura Comemorativa – Exposição do Centenário Farroupilha, 1935**. Porto Alegre: Corag, 1999.

XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso**: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2008.

**Cristiano Enrique de Brum**: Graduado e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Historiador profissional com CRP 0000057/RS.

**Ana Paula Korndörfer**: Graduada e Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É pesquisadora em estágio de pós-doutoramento na Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz (PDS - CNPq). Integra a diretoria da Sociedade Brasileira de História da Ciência – SBHC (2024-2026).

**Texto recebido em:** 26/04/2025

**Texto aprovado em:** 21/08/2025